PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 01/2016

REDE CEARENSE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS E AFINS – REDE OUVIR/CE

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ; O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ; A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ; O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ; O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ; A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA; A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OUVIDORES/OMBUDSMAN – SECCIONAL CEARÁ – ABO/CE; A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL CEARÁ – OAB-CE; A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ; A UNIÃO DOS VEREADORES E CÂMARAS DO CEARÁ; PARA A CRIAÇÃO DA REDE CEARENSE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS E AFINS – REDE OUVIR-CE

O **PODER EXECUTIVO DO ESTADO**, com endereço na Avenida Barão de Studart, 500 – Meireles, Fortaleza – CE, CEP 60125-100, neste ato representado pelo Governador **CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**, com a interveniência da CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – CGE, sede no Endereço da CGE: Av. General Afonso Albuquerque Lima - Edifício SEPLAG - 2º Andar - 60.822-325 - Cambéba, Fortaleza/CE, neste ato representada pelo Secretario de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral, Sr. **JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO**; O **PODER LEGISLATIVO DO ESTADO**, com sede na Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - Fortaleza, CE - CEP: 60170.900, Fone: (85) 3277.2500, neste ato representado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado **JOSÉ JACOME CARNEIRO ALBUQUERQUE**, com a interveniência da OUVIDORIA PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. Desembargador Moreira 2807, Dionísio Torres, Fone: (85) 3277-3701 e 3277-3707, CEP - 60.170-900 - Fortaleza/CE, neste ato representada pelo Ouvidor Geral, Deputado **JÚLIO CÉSAR COSTA LIMA FILHO**; O **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO**, com sede na Av. General Afonso Lima, S/N - Cambéba - CEP: 60822-325 Fone: (85) 3207-7084 ou 3207-7086, neste ato representado pela Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora **MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE**, com a interveniência da OUVIDORIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéba – Fortaleza/CE -, CEP: 60822-325 - Fone: (85) 3207-7000, representada pelo Ouvidor Geral Desembargador **FRANCISCO GOMES DE MOURA**; O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Rua Assunção, 1100 - Bairro José Bonifácio, CEP 60011-050 - Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Procurador Geral de Justiça **PLÁCIDO BARROSO RIOS**, com a interveniência da OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representada pela Ouvidora Geral, **MARIA MAGNÓLIA BARBOSA DA SILVA**, estabelecida na Rua Assunção, nº 1100, José Bonifácio, Fortaleza, CE, CEP 60.050-011; A **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na rua Av. Pinto Bandeira, 1111 - Bairro

Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, neste ato representada pela Defensora Pública Geral do Estado do Ceará **MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE**, com a interveniência da OUVIDORIA GERAL EXTERNA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, representada pela Ouvidora Externa **MERILANE PIRES COELHO**; O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na R. Sena Madureira, 1047 – Centro - CEP 60055-080 – Fortaleza/CE, telefone: (85) 3488-5900, neste ato representado pelo Presidente Conselheiro **EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA**, com a interveniência da OUVIDORIA, sede na Rua Sena Madureira, 1047, Centro, CEP: 60.055-080 – Fortaleza/CE, representada pelo Ouvidor **ITACIR TODERO**; O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, 130 – Cambéba – CEP: 60822-325 – Fortaleza/CE - Telefone: (85) 3218-1305, neste ato representado por seu Presidente Conselheiro **FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR**, com a interveniência da OUVIDORIA, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, 130 – Cambéba - CEP 60.822-325 – Fortaleza/CE, representada pela Ouvidora **MARIANA VIEIRA**; A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**, com sede na Rua São José, 01 Centro - Fortaleza/CE - CEP 60.060-170, neste ato representada pelo Prefeito **ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA**, com a interveniência da SECRETARIA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA, localizada na Rua Meton de Alencar, 1791, Centro, Fortaleza, (85) 3452-6770, representada por seu Secretário Dr. **VICENTE FERRER**; A **CÂMARA DE VEREADORES DE FORTALEZA**, com sede na Rua Thompson Bulcão, 830 – Patriolino Ribeiro, CEP 60810-460 – Fortaleza/CE, Fone: (85) 3444 8300 e Fax: (85) 3444 8340, neste ato representada pelo Vereador Presidente **JOÃO SALMITO FILHO**, com a interveniência da OUVIDORIA, representada pela vereadora Ouvidora **CAROLINA GRADVOHL FEITOSA CARVALHO**; A **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL CEARÁ – OAB/CE**, com sede na Rua Lívio Barreto, 668, Dionísio Torres - Fortaleza/CE -, representada pelo Presidente **MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL**, com a interveniência da OUVIDORIA, representada pela Ouvidora Dra. **WANHA ROCHA**; A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OUVIDORES/OMBUDSMAN – SECCIONAL CEARÁ - ABO/CE**, representada pelo Presidente **JOSÉ VALDO SILVA**; A **ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ – APRECE**, com sede na R. Maria Tomásia, 230 – Aldeota – Fortaleza/CE, neste ato representada pelo Presidente **EXPEDITO JOSÉ DO NASCIMENTO**; e A **UNIÃO DOS VEREADORES E CÂMARAS DO CEARÁ – UVC**, com sede na R. João Emídio da Silveira, 80 – Dionísio Torres – Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Presidente **CESAR ARAUJO VERAS**, todos doravante denominados **PARTÍCIPES**,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a efetiva qualidade dos serviços públicos prestados no Estado do Ceará, fomentando e consolidando a participação popular na gestão pública;

CONSIDERANDO os princípios da Administração Pública, bem como os ditames Estaduais que instituem e estabelecem a Política de Atendimento ao Cidadão no âmbito da administração Pública Estadual;

CONSIDERANDO o princípio da transparência preconizado na Lei de Acesso à informação no âmbito dos Poderes no Estado do Ceará;

CONSIDERANDO as atribuições legais das instituições PARTÍCIPES para a formação da consciência cidadã e efetivação dos direitos sociais e a necessidade de potencializar as ferramentas de transparência e controle social da Administração Pública já utilizadas por cada um deles;

CONSIDERANDO as Ouvidorias Públicas e afins como importante e indispensável mecanismo de participação e controle social da Administração Pública, bem como, de fortalecimento da democracia participativa e monitoramento das políticas públicas;

RESOLVEM celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas, sujeitando-se os PARTÍCIPES, no que couber, às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constituem objeto do presente PROTOCOLO a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os PARTÍCIPES para criar a REDE CEARENSE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS E AFINS – REDE OUVIR-CE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REDE CEARENSE DE OUVIDORIAS PÚBLICAS E AFINS – REDE OUVIR-CE

A Rede Cearense de Ouvidorias Públicas e Afins – Rede Ouvir-CE terá como objetivo, consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os PARTÍCIPES deste PROTOCOLO e demais órgãos e entidades que a ele aderirem, visando integrar processos e sistemas para o compartilhamento das manifestações registradas pelos cidadãos, fortalecendo, assim, a ferramenta de transparência pública e controle social.

§ 1º. - Comprometem a REDE OUVIR-CE os órgãos e entidades signatários deste PROTOCOLO e aqueles que posteriormente assinarem TERMOS DE ADESÃO em conjunto com o coordenador executivo;

§ 2º. - Para assinatura dos TERMOS de ADESÃO os órgãos e entidades deverão encaminhar manifestação de interesse à Coordenadoria Executiva da REDE OUVIR-CE que submeterá à aprovação dos demais PARTÍCIPES, após analisado o atendimento de critérios de participação estabelecido em regimento interno da REDE OUVIR-CE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

São atribuições dos PARTÍCIPES, no âmbito deste PROTOCOLO:

I – designar responsável, no âmbito da sua instituição, para atuar como agente de integração, visando facilitar a coordenação e a execução das ações e atividades vinculadas ao presente PROTOCOLO, bem como para dirimir possíveis dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

II – designar representantes, no âmbito de seus órgãos, para participação nas ações e atividades derivadas deste PROTOCOLO;

III – fornecer as informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento

deste PROTOCOLO e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções aqui pactuadas;

IV – viabilizar a troca de informações entre os PARTÍCIPES, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorização de acessos e recebimentos necessários, observadas as políticas de segurança de cada órgão, de acordo com as respectivas esferas de atuação ressalvando-se o sigilo expressamente previsto em lei e as eventuais limitações técnico-operacionais;

V – levar, imediatamente, ao conhecimento dos demais PARTÍCIPES, ato ou ocorrência que interfira no andamento das ações e atividades decorrentes deste PROTOCOLO, para a adoção de medidas cabíveis;

VI – incentivar a adesão e a participação de outros órgãos e entidades na Rede Ouvir-CE, bem como nos eventos e atividades da Rede que tenham interface com as ações desenvolvidas pelas respectivas ouvidorias.

§ 1º. Ficam os PARTÍCIPES comprometidos, nos termos da lei, a resguardar o sigilo do teor dos documentos e informações que receberem ou tiverem ciência em virtude da assinatura deste PROTOCOLO.

§ 2º. Os compromissos que envolvam atuação conjunta específica poderão ser objeto de instrumentos próprios, acompanhados dos respectivos planos de trabalho, nos termos do §1º do art. 116, da Lei Federal nº 8.666/1993, no que couber.

§ 3º. Os PARTÍCIPES estabelecerão regimento interno que determinará a forma de funcionamento da REDE OUVIR-CE

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA

A Rede Ouvir-CE terá uma coordenação executiva formada por um coordenador e dois secretários escolhidos de forma alternada entre os PARTÍCIPES deste PROTOCOLO.

§ 1º. A alternância a que se refere o *caput* será definida entre os PARTÍCIPES pela votação da maioria simples.

§ 2º. Cada coordenador executivo atuará nessa função pelo período de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º. A coordenação executiva atuará como agente de integração, coordenando a execução das ações e atividades vinculadas ao presente PROTOCOLO, podendo convocar outros partícipes para integrarem comissões para realização de estudos e eventos.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE DE RECURSOS

Este PROTOCOLO não gerará entre os PARTÍCIPES obrigações financeiras, repasses de recursos ou de bens, nem alterações na vinculação funcional/empregatícia dos respectivos corpos técnicos, ficando consignado que os recursos técnicos, logísticos e humanos necessários à consecução de seu objeto serão disponibilizados por todos os PARTÍCIPES, arcando cada um com seus respectivos ônus e encargos.

Parágrafo único. Eventual repasse de recursos ou de bens que se fizer necessário deverá ser estabelecido em instrumento próprio, a ser firmado pelos PARTÍCIPES, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA.

O presente PROTOCOLO terá vigência a contar da data de sua assinatura, podendo ser revisto a qualquer tempo, por comum acordo entre os PARTÍCIPES, mediante termo de aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA.

O presente PROTOCOLO poderá ser rescindido por descumprimento de qualquer das suas CLÁUSULAS ou denunciado de pleno direito por qualquer dos PARTÍCIPES, mediante aviso prévio, por escrito de 30 (trinta) dias, aos demais PARTÍCIPES, e, havendo atividades em andamento que possam sofrer prejuízos de continuidade, deverão ser concluídas, mediante acordo específico.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ procederá à publicação do extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial do Estado do Ceará, no prazo estabelecido no parágrafo único, do art. 61, da lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O Órgão PARTÍCIPE que possuir veículo próprio oficial para publicação do extrato deste PROTOCOLO poderá publicá-lo, independentemente da publicação a que se refere o caput.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

As ações e atividades desenvolvidas em decorrência deste PROTOCOLO e que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução e demais requisitos definidos em instrumento legal próprio, previamente acordado entre todos os PARTÍCIPES.

§ 1º. O presente PROTOCOLO poderá ser divulgado por qualquer dos PARTÍCIPES, em conjunto ou isoladamente, devendo ser destacada de forma igualitária a participação de cada um, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal ou de quaisquer órgãos que integrem esta rede.

§ 2º. É permitido aos PARTÍCIPES utilizar o nome e a marca da REDE OUVIR-CE, desde que se incluam os nomes de todos os órgãos e entidades envolvidos, devendo comunicar a intenção, previamente, à coordenação executiva.

§ 3º. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre todos os PARTÍCIPES.

§ 4º. Todas as comunicações entre os PARTÍCIPES serão feitas por escrito à coordenação executiva.

§ 5º. Os PARTÍCIPES poderão buscar apoio à efetiva consecução do objeto deste INSTRUMENTO, através da celebração de termos de cooperação ou parceria junto às entidades civis que tenham suas atividades, interesses ou objetivos análogos aos fins deste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste PROTOCOLO, renunciando os PARTÍCIPES a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na

presença das testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam,.

Fortaleza, 01 de dezembro de 2016.

ASSINATURAS: **Camilo Sobreira de Santana**, Governador do Estado do Ceará; **José Flávio Barbosa Jucá de Araújo**, Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado; **José Jacome Carneiro Albuquerque**, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; **Júlio César Costa Lima Filho**, Ouvidoria Parlamentar – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; **Maria Iracema Martins do Vale**, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **Francisco Gomes de Moura**, Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **Plácido Barroso Rios**, Procuradoria Geral de Justiça; **Maria Magnólia Barbosa da Silva**, Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará; **Mariana Lobo Botelho Albuquerque**, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará; **Merilane Pires Coelho**, Ouvidoria da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará; **Edilberto Carlos Pontes Lima**, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; **Itacir Todero**, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; **Francisco de Paula Rocha Aguiar**, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará; **Mariana Vieira**, Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios; **Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra**, Prefeito do Município de Fortaleza; **Vicente Ferrer**, Secretário de Controle e Transparência de Fortaleza; **João Salmito Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza; **Carolina Gradvohl Feitosa Carvalho**, Ouvidoria da Câmara Municipal de Fortaleza; **Marcelo Mota Gurgel do Amaral**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará; **Wanha Rocha**, Ouvidoria da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará; **José Valdo Silva**, Presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/ Ombudsman – Seção Ceará – ABO-CE; **Expedito José do Nascimento**, Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – Aprece; **Cesar Araujo Veras**, Presidente da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará – UVC.

***

Fábio Marcelo Matos de Lima
Coordenador da Assessoria Jurídica
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

Registre-se e publique-se.